



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
CAMPUS DE SUMÉ-PB.**

EZEQUIEL SÓSTENES BEZERRA FARIAS

**EDUCAÇÃO E TRABALHO EMANCIPADO: UM ESTUDO SOBRE A
ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE CAMALAUÍ-PB (APESCA)**

**SUMÉ - PB.
2013**

EZEQUIEL SÓSTENES BEZERRA FARIAS



**EDUCAÇÃO E TRABALHO EMANCIPADO: UM ESTUDO SOBRE A
ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE CAMALAÚ-PB (APESCA)**

**Monografia apresentada ao Curso
Especialização em Educação de Jovens
e Adultos com Ênfase em Economia
Solidária no Semiárido Paraibano,
como pré-requisitos para a obtenção do
título de Especialista.**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria da Conceição Gomes de Miranda

**SUMÉ - PB
2013**



F244e Farias, Ezequiel Sóstenes Bezerra.
Educação e trabalho emancipado : Um estudo sobre a
Associação de Pescadores de Camalaú – PB (APESCA). /
Ezequiel Sóstenes Farias Bezerra. – Sumé – PB: [s.n], 2013

52 f.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria da Conceição Gomes de
Miranda.

Monografia (Especialização) – Universidade Federal de
Campina Grande. Centro de Desenvolvimento Sustentável do
Semiárido. Incubadora Universitária de Empreendimentos
Econômicos e Solidários. Curso de Especialização em
Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia
Solidária.

1. Associação de Pescadores (APESCA) – Camalaú-PB.
2. Associativismo de pesca – Cariri Paraibano. 3. Educação
emancipatória. I. Título.

CDU: 37(043.3)

EZEQUIEL SÓSTENES BEZERRA FARIAS

EDUCAÇÃO E TRABALHO EMANCIPADO: UM ESTUDO SOBRE A ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE CAMALAUÁ-PB (APESCA).

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como pré-requisitos para a obtenção do título de Especialista.

Aprovada em 30 de Setembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA:



Prof.ª Dr.ª Maria da Conceição Miranda
Orientadora



Prof. Me. Luiz Antônio Coêlho da Silva
Examinador



Prof. Me. Alex Bruno do Nascimento
Examinador

SUMÉ - PB

Dedico humildemente este trabalho primeiramente ao Pai Celestial e Grande Arquiteto do Universo pela oportunidade de viver, aprender e evoluir. Em segundo lugar, quero dedicar àqueles que abriram as chancelas da ignorância e que transformaram a realidade social de um povo por meio da luz do conhecimento, aqueles cujas nossas chancelas são gravadas com orgulho e respeito: os meus familiares. Em terceiro lugar, quero dedicar aos munícipes camalauenses, que através de um ideal de progresso e de glória se imortalizaram perante os seus grandes feitos.

“Pessoas que se enquadram cegamente no coletivo, fazem de si mesmas objetos materiais, anulando-se como sujeitos dotados de motivação própria.”

(Theodor W. Adorno- Educação e Emancipação-1995).

RESUMO

Este trabalho constitui-se em um estudo realizado na Associação de Pescadores do município de Camalaú-Paraíba, tendo como objetivo analisar a relação entre educação e trabalho para a emancipação dos sujeitos da APESCA. Quanto aos objetivos específicos, pretendeu-se verificar as contribuições por meio dos processos educativos dos associados na organização da associação e de suas atividades produtivas, identificar os aspectos político-educativos presentes na referida associação e sua relação com a autogestão e por fim, conferir as principais mudanças que ocorreram nas relações de trabalho com a implantação dos cursos de alfabetização e de capacitação. Metodologicamente, esta pesquisa foi de natureza descritiva e exploratória com abordagem quali-quantitativa e na análise dos dados foi utilizado o método estatístico descritivo. Como técnicas de coleta de dados adotamos a observação *in loco*, aplicação de questionário e entrevista. Os sujeitos da pesquisa foram, portanto, os associados da APESCA. A pesquisa buscou abordar o tema Educação e Trabalho Emancipado, analisando a relação entre os processos educativos existentes na APESCA e o processo de emancipação dos sujeitos envolvidos nesta atividade coletiva. A análise vislumbrou os indicadores dos processos de construção do conhecimento através dos modelos de educação analisados e dos benefícios trazidos à associação, da caracterização dos seus componentes como atores participantes e/ou participativos no processo administrativo e político e da relação desta participação com o processo emancipatório. Como resultado, embora detectada a incipiente participação dos associados nas atividades de cunho eletivo e administrativo da associação, a baixa escolaridade dos mesmos e a incompreensão por parte da maioria quanto ao processo no qual estão inseridos, várias atividades foram e estão sendo desenvolvidas em relação à alfabetização, capacitação e qualificação dos associados. Conclui-se que devem ser valorizados todos os modelos de educação e que estejam intrinsecamente contextualizados com a realidade presente, proporcionando aos associados se tornarem empreendedores e não limitadamente empregados. Além de que, não sejam trabalhados apenas conhecimentos técnico-específicos, mas também os necessários ao entendimento de todo o processo administrativo e geracional de uma associação.

Palavras-chave: Educação, Trabalho, Emancipação, Associação, APESCA.

ABSTRACT

This paper presents a study on the Fishermen's Association of the city of Camalaú - Paraíba, aiming to analyze the relationship between education and work for the emancipation of the subject APESCA. As for specific goals, intended to verify the contributions through educational processes associated with the organization of the association and their productive activities, identify the political and educational aspects present in this association and its relation to self-management and finally, check the major changes that have occurred in labor relations with the implementation of literacy courses and training. Methodologically, this research was descriptive and exploratory approach to qualitative-quantitative analysis of the data was used for descriptive statistical method. As data collection techniques we adopt the on-site observation, questionnaire and interview. The subjects were therefore members of APESCA. The research sought to address the topic Education and Labor Emancipated, analyzing the relationship between the existing educational processes in APESCA and the process of emancipation of the subjects involved in this collective activity. The analysis glimpsed indicators of processes of knowledge construction through education models and analyzed the benefits brought to the association, the characterization of its components as actors participating and/or participating in the administrative and political participation and its relationship with the emancipatory process. As a result, although detected incipient participation of members in the activities of administrative and elective nature of the association, the same low education and misunderstanding by most as the process in which they are inserted, various activities have been and are being developed in relation to literacy, training and qualification of its members. We conclude that all should be valued education models and are inherently contextualized with the present reality, providing members become entrepreneurs and not employees limitedly. Beyond that, not only worked - specific technical knowledge, but also needed to understand the whole process of administrative and generational association

Keywords: Education, Work, Emancipation, Association, APESCA.



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	11
2.1	CONCEITOS DE EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS EM FREIRE E GADOTTI...	11
2.1.1	Educação Formal: um breve histórico.....	12
2.1.2	Educação Não-formal e Informal: nuances para o desenvolvimento dos sujeitos.....	15
2.2	EDUCAÇÃO, TRABALHO E EMANCIPAÇÃO DOS SUJEITOS.....	17
2.3	ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	22
3	METODOLOGIA.....	25
3.1	TIPO DE ESTUDO	25
3.2	LOCAL DE ESTUDO.....	26
3.3	SUJEITOS DA PESQUISA E AMOSTRA.....	27
3.4	HISTÓRICO DA APESCA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	28
3.5	INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	28
3.6	ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS.....	29
4	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	30
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
	REFERÊNCIAS.....	45
	APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	48
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	52
	APÊNDICE C – ENTREVISTA.....	54
	ANEXO A – ESTATUTO SOCIAL DA APESCA.....	55

1 INTRODUÇÃO

A Pesca é uma das atividades de produção animal, mais antigas da Humanidade. Por meio dela, o ser humano pode explorar e ocupar diferentes habitats que dispunham de reserva de recursos hídricos. A pesca é uma atividade que congrega a transposição hereditária de técnicas e tecnologias, onde por meio desta, o conhecimento geralmente é repassado de pai para filho ou pelas pessoas mais experientes de cada região.

Sendo a pesca uma das principais atividades econômicas na produção animal mundial, principalmente no Brasil, devido à extensão de sua rede hidrográfica, os recursos pesqueiros marítimos, costeiros e continentais constituem importante fonte de renda, de trabalho e de alimento, contribuindo assim, para com a permanência do homem no seu local de origem.

No Brasil, segundo dados do Ministério da Pesca e Aquicultura publicados em 2011, existiam cerca de 970 mil pescadores registrados, 957 mil eram pescadores e pescadoras artesanais e estavam organizados em cerca de 760 associações, 137 sindicatos e 47 cooperativas e estes eram responsáveis por uma produção de 1 milhão e 240 mil de pescado de forma artesanal (45%) e industrial.

A atividade pesqueira em alguns aspectos denuncia a histórica exploração e marginalização, as quais se submeteram os pescadores, principalmente aqueles dedicados a pesca artesanal.

Em consequência da insustentabilidade e violência no atual sistema de mercado, foi que surgiram inúmeras experiências de organização coletiva e de reestruturação da produção pesqueira na microrregião do Cariri paraibano, inclusive no município de Camalaú-PB, frente ao seu potencial hídrico, no qual foi criada em 21 de abril de 2001 a Associação de Pescadores (APESCA), com o objetivo de promover o desenvolvimento social e econômico da comunidade de pesca, apoiando a comercialização coletiva e a produção dos associados e associadas, estimulando ações que reforcem a união, a cooperação e a solidariedade entre os associados, bem como desenvolver ações educacionais, culturais e filantrópicas.

Mesmo assim, alguns fatores ainda comprometem a eficiência e eficácia da atividade pesqueira artesanal e da Aquicultura como: a não participação dos pescadores nas organizações sociais, o alto grau de analfabetismo e baixa escolaridade, o desconhecimento da legislação específica em vigor, à gestão desintegrada e não participativa da referida atividade, a incipiente participação coletiva nas questões político-administrativas, e ainda, à resistência cultural dos pescadores quanto ao processo de qualificação das técnicas de produção.

Portanto, o padrão de crescimento e de desenvolvimento no que diz respeito à qualidade de vida desta classe profissional, objetivado pela associação e contido nos princípios que norteiam a Economia Solidária, é questionado perante os conceitos de autogestão, cooperação e de solidariedade.

Todavia, o trabalho pesqueiro artesanal nas águas interioranas se constitui de árduas atividades diárias, onde os pescadores estão expostos às intempéries climáticas, baixa remuneração e carga horária ilimitada de trabalho, esta última, comprometendo inclusive, a acessibilidade dos mesmos a educação formal.

Diante disso, a APESCA, por ser um espaço de construção de conhecimentos e de possibilidades de crescimento humano, surge como alternativa de articulação e de reunificação de pessoas para lutarem por objetivos em comum, que mesmo com a diferenciação social possam utilizar suas múltiplas habilidades e competências para buscar um bem comum: a autorrealização e a felicidade, dignificando assim, o seu trabalho e proporcionando meios pelos quais possam se desenvolver organizacionalmente, intelectualmente, culturalmente, politicamente e economicamente.

Frente aos vários processos educacionais presentes em uma organização coletiva e dos múltiplos interesses de caráter trabalhista, pretende-se contribuir por meio desta pesquisa para elucidar as ações educacionais presentes na associação e suas contribuições para consolidação dos objetivos por ela propostos.

Este trabalho constitui-se de um estudo realizado na Associação de Pescadores do município de Camalaú-Paraíba entre os meses de Julho e Setembro de 2013.

Desta forma, o problema de pesquisa consistiu em conhecer qual a relação entre educação e trabalho para a emancipação dos sujeitos da APESCA?

Para tanto, nosso objetivo geral foi analisar a relação entre a educação e trabalho para a emancipação dos sujeitos da APESCA. Quanto aos objetivos específicos, elencamos: verificar as contribuições por meio dos processos educativos dos associados na organização da associação e de suas atividades produtivas, identificar os aspectos político-educativos presentes na APESCA e sua relação com a autogestão e conferir as principais mudanças que ocorreram nas relações de trabalho com a implantação dos cursos de alfabetização e de capacitação.

Em referência a metodologia utilizada, esta pesquisa foi de natureza descritiva e exploratória com abordagem quali-quantitativa, e na análise dos dados aplicamos o método estatístico descritivo. Tendo ainda adotados os procedimentos referentes à pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com anotações no diário de campo do pesquisador.

Quanto à técnica de coleta de dados utilizamos a observação *in loco*, aplicação de questionário com os associados e de entrevista com os dirigentes (Presidenta e Ex-Presidente) e os sujeitos participantes da pesquisa foram os associados da APESCA.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 CONCEITOS DE EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS EM FREIRE E GADOTTI

O desenvolvimento do conhecimento do homem atribui-se ao fato deste, socializar-se com outros indivíduos e com estes, somar experiências e vivências adquiridas com a necessidade de transformar o espaço natural em espaço cultural. A transmissão de conhecimento, que é ininterrupta, descende dos mais remotos grupamentos humanos segundo o seu modo de ser e suas necessidades.

Freire, (1979), ressalta que:

A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso ninguém educa ninguém. (FREIRE, 1979, p. 28).

O ininterrupto processo de aprendizagem provoca a necessidade de reformular os conhecimentos já existentes, originando novos conhecimentos. Este processo acontece por meio da interação social, onde todos são construtores e onde a infinidade de conhecimentos gerados está distribuída de forma coletiva e desigual, possibilitando assim aos homens e mulheres, a construção de saberes diferenciados.

Na classificação evolutiva atual do homem como *homo sapiens-sapiens* percebemos as características atribuídas a nossa espécie por meio do processo de obtenção e construção do conhecimento, descritos por Paulo Freire. O conhecimento é resultante do duelo entre o homem e o mundo, e através das relações enquanto sujeitos, nos educamos.

Desta forma, o homem é pensado nos moldes da Educação Libertadora como sujeito construtor de sua própria educação e contraditoriamente nos moldes da Educação Capitalista, onde por meio do processo de qualificação e competitividade, o mesmo torna-se simplesmente objeto da educação.

Segundo Gadotti (2005), a educação é um dos requisitos fundamentais para que os indivíduos tenham acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade. Ela é um direito de todo ser humano como condição necessária para ele usufruir de outros direitos constituídos numa sociedade democrática.

O conceito de Educação é tão amplo e tão complexo que se faz necessário à adjetivação da mesma, no intuito de refletir sobre diferentes óticas quanto ao processo de

desenvolvimento da capacidade intelectual. Na verdade o processo de interação social acontece em vários espaços diferentes, e nestes são (re)produzidos os mais diversos conhecimentos.

Nesse sentido, quando nos apoiamos nas concepções de educação em Freire (1979) e Gadotti (2005) sentimos a necessidade de contextualizar os processos educativos que os sujeitos em seu cotidiano estão inseridos. Para tanto, destacamos aqui, os processos de educação formal, não-formal e informal, os quais acreditamos serem essenciais para o desenvolvimento dos sujeitos em seus espaços sociais.

2.1.1 Educação Formal: um breve histórico

As civilizações, tidas como avançadas, durante séculos atribuíram a escola o dever de organizar o conhecimento por meio de áreas e conteúdos, e embora não fossem restritos às instituições os poderes de construir e validar conhecimentos, seu principal papel através da educação formal era de perpetuar o acervo cultural entre as gerações.

Sendo assim, com o intuito de discutir a educação formal, inicialmente apresentaremos um breve histórico sobre esta no contexto educacional brasileiro, pontuando para isto, o marco que representou a chegada dos portugueses ao Brasil.

Durante muitos anos, principalmente na época do colonialismo europeu, a Igreja Católica deteve o poder de educar e catequizar vários povos nativos das colônias exploradas pelos governos de quem tinha apoio. Sendo assim, outrora não tenha sido diferente no Brasil, a história da Educação Formal Brasileira evolui em rupturas marcantes.

De acordo com Belo (2001), a primeira grande ruptura travou-se com a chegada mesmo dos portugueses a nova colônia. Não se pode deixar de reconhecer que os portugueses trouxeram um padrão de educação próprio da Europa, o que não quer dizer que as populações que aqui viviam, já não possuíam características próprias de se fazer educação. E convém ressaltar que a educação que se praticava entre as populações indígenas não tinha as marcas repressivas do modelo educacional europeu.

Dentre os interesses da Companhia de Jesus, sobrepunham-se os de pacificar os índios para exploração do trabalho e de criar a escola de “ler e escrever” para descendentes de colonizadores. Modelavam desta maneira a consciência e o pensamento, e estas tais práticas ainda hoje, deixam seus resquícios na educação formal tradicional.

Segundo Sobrinho, (2008), com a expulsão dos jesuítas do Brasil provocada pela ação do Marques de Pombal, fica incumbida ao Estado a responsabilidade pela educação na

América portuguesa. Ainda segundo Aranha *apud* Sobrinho, (2008), as reformas inovadoras idealizadas pelo Marques de Pombal não são introduzidas de imediato na colônia, provocando um retrocesso no sistema educacional, reduzindo a quase nada e desmoronando a estrutura criada pelos padres a qual estavam submetidos os nativos aculturados.

Com a vinda da família real para a América Portuguesa (que viria a se tornar depois o Brasil), segundo Belo, (2007 *apud* Sobrinho, 2008), surgem os primeiros esforços para se investir na educação formal, principalmente na educação profissionalizante.

Já nas primeiras décadas após a independência, agora do Brasil, foram criadas várias casas para menores abandonados e órfãos para o ensino industrial. No período republicano implantou-se uma educação escolarizada desigual e injusta, pois era oferecido o ensino superior para as elites e elementar para o povo.

Conforme Sobrinho, (2008), apenas em 1930 no governo provisório de Getúlio Vargas, é que se cria o Ministério da Educação e Saúde, iniciando um processo de organização nacional da educação.

Para tanto, a educação com reconhecimento oficial, oferecida nas escolas em cursos com níveis, graus, programas, currículos e diplomas, costuma ser chamada de educação formal. É uma instituição muito antiga, cuja origem está ligada ao desenvolvimento de nossa civilização e ao acervo de conhecimentos por ela gerados. (GASPAR, 1998).

O espaço da escola é marcado pela formalidade, pela regularidade e pela sequencialidade quanto à construção e repasse do conhecimento. Este, que através das práticas curriculares, deixa de considerar as práticas concretas daqueles que transmitem esses conteúdos cotidianamente, bem como o caráter. Uns dos problemas percebidos depois das várias práticas tidas na atualidade como arcaicas, é que as mesmas, muitas vezes, estavam desassociadas das realidades vividas fora do espaço físico institucional, perdendo, o conhecimento, o sentido para vida.

Na verdade a educação enquanto formalizada, foi perdendo aos poucos o papel de ser instrumento de transformação social de direito. O que Gadotti (2005), chama de mercantilização da educação, nada mais é do que a privatização de um direito adquirido, onde o conhecimento torna-se produto de uma indústria de desigualdades, pois na concepção do Estado a educação é sinônima de gastos e não de investimentos.

A educação formal, desta forma, acontece nos espaços formais, pois,

O espaço formal é o espaço escolar, que está relacionado às Instituições Escolares da Educação Básica e do Ensino Superior, definidas na Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. É a escola, com todas as suas dependências: salas de aula, laboratórios, quadras de esportes, biblioteca, pátio, cantina, refeitório. Apesar da definição de que espaço formal de Educação é a escola, o espaço em si não remete à fundamentação teórica e características metodológicas que embasam um determinado tipo de ensino. O espaço formal diz respeito apenas a um local onde a Educação ali realizada é formalizada, garantida por Lei e organizada de acordo com uma padronização nacional (JACOBUCCI, 2008, p.58).

O espaço formal, portanto, configura-se em um espaço onde acontece o processo de escolarização dos sujeitos, com metodologias que objetivam o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, avaliando por meio de um currículo formal a construção do conhecimento.

Não distante desta realidade em torno da educação formal com suas disparidades quanto ao cumprimento de direito a educação (acesso e permanência, qualidade e dever dos poderes instituídos), eis que em 20 de dezembro de 1996 foi sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da educação Paulo Renato a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Nº 9394/96), baseada no princípio do direito universal à educação para todos e que ficou conhecida como Lei Darcy Ribeiro, cujo nome deriva-se do seu respectivo relator e Senador da República na época.

Desta forma, destacamos aqui que a referida Lei ao ser sancionada apresentava como preocupação o investimento no acesso dos sujeitos à educação, e de modo mais específico, ao ensino fundamental, pois segundo o Art. 5º da LDB.

O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (BRASIL, 1998.)

Ainda se tratando da Educação Formal, o acesso ao ensino fundamental é um direito garantido pela legislação da educação (LDB Nº 9394-96), mesmo assim, os problemas históricos¹ em nosso país no que diz respeito ao acesso por parte de alguns grupos sociais a educação formal não cicatrizaram, sendo necessário, no entanto, uma modalidade de educação

¹¹ Conferir a obra "História da Educação e da Pedagogia" (ARRUDA, 2006).

específica para jovens e adultos que não conseguiram serem inseridos ou complementarem seus estudos nas escolas em tempo regular.

Entretanto, muitas vezes as organizações sociais reúnem sujeitos caracterizados por tal problemática e tem como um dos seus principais objetivos legitimar e validar as experiências e vivências oriundas do processo histórico de construção do conhecimento dos mesmos, afim de que, além de serem por direito contemplados com a educação formal, que esta esteja adequada aos anseios, sonhos e realidades pertencentes a cada um.

Desta forma, em consonância a temática trabalhada cabe aqui apresentar e discutir outras formas de educação que contemplam também a formação e o desenvolvimento dos sujeitos, entre elas, a educação não-formal e a informal.

2.1.2 Educação Não-formal e Informal: nuances para o desenvolvimento dos sujeitos

“Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que aprendemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significação” (Freire, 1997:50).

A concepção do aprender a aprender nos possibilita perceber a funcionalidade e importância dos vários espaços de aprendizagem e destes usufruir de uma gama de conhecimentos em construção, de tal forma, que todos ocupam a condição tanto de educandos como de educadores.

Diante a proximidade entre os seus conceitos, nesta seção do trabalho abordaremos detalhadamente os conceitos e aplicações de educação não-formal e educação informal.

De acordo com Gadotti, (2005), a educação não-formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem.

Destacamos o conceito de educação não-formal que é uma atividade educacional organizada e sistemática que pode acontecer fora da escola, organizados por ONG's, associações, sindicatos, etc.

Segundo Gohn (1999, *apud* Sobrinho, 2008) a educação não-formal designa um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho, de organização

comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados. Por isso, ela também é muitas vezes associada à educação popular e à educação comunitária.

Sendo uma educação para toda a vida, a educação não formal não se opõe a educação formal, ambas, se complementam. Tratar-se de como sendo assistemática, extraescolar e não formal transparece perante os termos a invalidez da educação não formal diante da educação formal.

Segundo Gadotti & Romão (2011), os termos educação de adultos, educação popular, educação não formal e educação comunitária são usadas muitas vezes como sinônimos, mais não são. A Educação não-formal está principalmente vinculada às organizações não governamentais, partidos políticos, igrejas, etc., geralmente organizados onde o Estado se omitiu e muitas vezes organizadas em oposição à educação oficial.

Brandão (1984 *apud* Gadotti & Romão, 2011), diferencia os conceitos de educação de classe como sendo, entendida como os processos não formais de reprodução dos diferentes modos de saber das classes populares e a educação do sistema (oficial), como sendo os programas de capacitação de pessoas e grupos populares, sob o controle externo, visando produzir a passagem dos modos populares de saber tradicional para modelos de saber modernizados, segundo os valores dos polos dominantes da sociedade.

Evidentemente, a educação não formal ocorre nos espaços não formais de Educação. Como já fora apresentado que o espaço formal de Educação é um espaço escolar, é entendível que o espaço não formal é qualquer espaço diferente da escola onde pode ocorrer uma ação educativa, existindo assim, incontáveis lugares não escolares. Jacobucci, (2008) sugere duas categorias de classificação para os espaços não formais: locais que são Instituições e locais que não são Instituições.

Na categoria Instituições, podem ser incluídos os espaços que são regulamentados e que possuem equipe técnica responsável pelas atividades executadas, sendo o caso dos Museus, Centros de Ciências, Parques Ecológicos, Parques Zoobotânicos, Jardins Botânicos, Planetários, Institutos de Pesquisa, Aquários, Zoológicos, dentre outros. Já os ambientes naturais ou urbanos que não dispõem de estruturação institucional, mas onde é possível adotar práticas educativas, englobam a categoria Não-Instituições. Nessa categoria podem ser incluídos: teatro, parque, casa, rua, praça, terreno, cinema, praia, caverna, rio, lagoa, campo de futebol, dentre outros inúmeros espaços.

Os espaços não formais tem se diversificado muito nos últimos anos. Com o advento da tecnologia da informação, por meio dos ciberespaços surgiram novas possibilidades de formação e de aprendizagem à distância, por outro lado, a sociedade civil está se fortificando

e tornando seus espaços em ambientes de divulgação e de (re)construção de conhecimentos. Nesta concepção, a multiplicidade dos espaços de construção do conhecimento e da conectividade entre os mesmos, fez com que os usuários destes espaços aumentassem sua interatividade rompendo inclusive, com o fator tempo e distância.

Lajolo, (1993, p.07), ressalta que:

A Ler livros geralmente se aprende na escola, outras leituras se aprendem por aí, na chamada escola da vida: a leitura do vó das arrições, que indicam a seca, independe da aprendizagem formal e se perfaz na interação cotidiana com o mundo das coisas e dos outros.

Durante a história das civilizações humanas, sejam elas orientais ou ocidentais, o cotidiano sempre nos possibilitou novas aprendizagens informais e a vida exigiu muito mais que meros conhecimentos escolares para que se atingisse o grau de desenvolvimento desejado a cada época. A educação informal remete-se a escola da vida, onde por meio desta o conhecimento é milenar e nos proporcionou desde o pretérito até os dias presentes, a nossa existência.

Na educação informal, não há lugar, horários ou currículos. Os conhecimentos são partilhados em meio a uma interação sociocultural que tem, como única condição necessária e suficiente, existir quem saiba e quem queira ou precise saber. Nela, ensino e aprendizagem ocorrem espontaneamente, sem que, na maioria das vezes, os próprios participantes do processo deles tenham consciência (GASPAR *et al.*, 1998).

Por meio do processo de socialização e de interação dos sujeitos, a diversidade de conhecimentos existentes favorece a troca e a elaboração de novos conhecimentos de forma não intencional e/ou organizada.

2.2 EDUCAÇÃO, TRABALHO E EMANCIPAÇÃO DOS SUJEITOS.

Um dos papéis fundamentais da educação é possibilitar aos sujeitos uma formação de acesso aos bens materiais e espirituais, (sendo exemplo deste último: a moral, a cultura, a intelectualidade e as artes), necessários à plena realização dos indivíduos. Esta formação tende acontecer por meio de atividades educativas que busquem permitir aos indivíduos engajar-se na luta pela construção de uma forma de sociabilidade para além do capital.²

² Disponível em: http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/EDUCACAO_E_FORMACAO_HUMANA.pdf
Acesso em: setembro de 2013.

No entanto, torna-se evidente o compromisso dos moldes educacionais e das políticas públicas para com as exigências do mundo globalizado. Perante a concepção neoliberal de trabalho, o processo educacional deixa em alguns aspectos de ser cidadão e libertador, pois o mesmo objetiva especificamente transformar o homem diante o seu potencial produtivo e não por meio de ações emancipatórias.

De acordo com Frigotto & Ciavatta (2003), este compromisso se expressa no campo educacional com vocábulos como: qualidade total, sociedade do conhecimento, educar por competência e para a competitividade, empregabilidade, cidadão ou trabalhador produtivo, etc. Estimulando, pois, através do enxugamento de saberes e técnicas agora meramente operacionais, o individualismo e a competitividade.

Segundo Ponce, (2010, p.171):

A educação é o processo mediante o qual as classes dominantes prepararam na mentalidade e na conduta das crianças as condições fundamentais da sua própria existência (...). A classe que domina materialmente é também a que domina com a sua moral, a sua educação e as suas ideias.

Muitas vezes os modelos educacionais institucionais servem como instrumento de dominação ideológica, sendo que, muitos destes estão a serviço dos interesses do Estado e das relações de mercado. Sendo assim, contesta-se quanto ao fato de que educar seja sinônimo de libertar.

Com base em Ponce (2010), pressupõe-se a interligação entre os modelos de educação e trabalho, apresentado sob a alienação do ser humano aos ditames da produtividade e da reprodução do capital, cabe aqui discutir as várias e históricas concepções sobre trabalho.

Por meio da consciência, o homem tem o poder de repensar e de recriar o mundo como objeto e de se adaptar ao mesmo por meio do trabalho. Sendo assim, cada vez mais os espaços naturais vão ganhando traços culturais e se artificializando.

Segundo Tomazi, (2007), o termo trabalho pode ter derivado do vocábulo latino *Tripallium*, que significa “instrumento de tortura”, estando por muito tempo associado à ideia de atividade penosa e torturante. Durante a Antiguidade até o fim da Idade Média o trabalho esteve em uma situação de desvalorização e não era o núcleo que orientava as relações sociais.

Com o surgimento do mercantilismo, a concepção de trabalho também se modifica, porque com o processo de industrialização, crianças, mulheres e homens sofreram intensamente com a exploração do trabalho humano, uma vez que artesãos e pequenos

produtores, sujeitos da sociedade feudal se tornaram aos poucos meros trabalhadores assalariados. Segundo Gomes *et al* (2004, p. 14) “a concepção burguesa de trabalho vai-se construindo, historicamente, mediante um processo que reduz a uma coisa, a um objeto, a uma mercadoria que aparece como trabalho abstrato em geral, força de trabalho”.

Sendo assim, o trabalho é reduzido a fator de produção diante a compra ou a venda da força de trabalho objetivando exclusivamente o lucro.

Para Marx (1970, p. 27):

A força de trabalho é pois uma mercadoria que seu proprietário, o trabalhador assalariado, vende ao capital. Para que? Para viver.
Pois bem, a força de trabalho em ação, o trabalho mesmo, é a própria atividade vital do trabalhador, a própria manifestação de sua vida. E é esta atividade vital que ele tem que vender a outro para assegurar-se os meios de vida necessários.

Os fatos históricos denunciam a perda da posse dos instrumentos e do controle do processo de trabalho por parte dos trabalhadores, a maioria destes, que antes trabalhavam em sua própria casa, detinham seus instrumentos de trabalho e matéria-prima e definiam o que e quanto produzir.

Baseado ainda quanto aos dizeres marxistas, o trabalho se transformou em uma mercadoria de compra e venda, o trabalho ficou cada vez mais especializado/dividido e o convencimento para tal e dos benefícios trazidos aos trabalhadores foram sugeridos por várias instituições.

Em conformidade ao que afirma Tomazi (2007), as concepções de que não trabalhar seria pecado e um ato ilegal, de que haveria o dever e a disciplina para com o trabalhador e de que o trabalho era essencial para sociedade, foram criações de: igrejas, governantes, empresários e escolas.

O que ocorreu na verdade, foi que a jornada de trabalho aumentou e que a suposta liberdade oferecida a escravizados³ e servos não trouxe consigo sua emancipação, pois aliado ao crescimento econômico objetivado, não houve o oferecimento de uma educação libertária, necessária ao entendimento e a percepção do indivíduo enquanto ser ativo, criativo e transformador.

Em entrevista a Revista do Instituto Humanista Unisinos, Telmo Adams afirma que o trabalho continua a influenciar a identidade social e profissional, mesmo que historicamente de forma diferenciada. O trabalho humano abrange tanto a atividade produtiva e criativa de

³ O termo escravizado dá-se segundo a ótica de que as pessoas não nascem escravas, mas são consequência da escravidão.

bens materiais quanto imateriais, produzindo assim a cultura. Produzindo a cultura o ser humano e sendo influenciado pela mesma, este, passa por um processo de (des)humanização.⁴

Desta forma, a essência das conquistas humanas e do entendimento, mesmo que abstrato, do que venha a ser a felicidade, são atribuídos meramente ao poder de obtenção dos bens materiais. Já a cultura do consumismo faz com que homens e mulheres se submetam cada vez mais, as múltiplas explorações, afim de, serem inseridos e reconhecidos socialmente nos grupos de interesse. Contudo, na maioria das vezes, os trabalhadores diante a pressão exercida pelo mercado compulsivo, submete-se a auto-exploração cotidianamente e diuturnamente para atingir metas cada vez mais exigentes.

Portanto, a concepção capitalista reduz o trabalhador a um simples instrumento gerador de lucros. Em consequência ao ambiente de competição muitas vezes o trabalhador sequer tem os seus direitos garantidos, os mesmos que foram historicamente conquistados e ainda o aumento em sua remuneração decorre do aumento de sua produção e conseqüentemente de sua exploração.

Mesmo assim, não podemos negar as lutas históricas da classe trabalhadora do século XIX que lutaram e reivindicaram por um trabalho digno e que possibilitasse qualidade de vida para os sujeitos, e então passamos a conceber o trabalho enquanto um direito adquirido, garantindo para tanto, a remuneração por meio do salário mínimo frente à apropriação dos frutos de trabalho, significando uma precária condição de sobrevivência para os que dependem unicamente desta fonte geradora de renda.

Pode haver emancipação humana e social em tais situações degradantes? A indagação colocada por Telmo Adams precede a afirmação que se a emancipação humana e social significa a realização integral do ser humano, concluímos que a redução do trabalho a um fator de produção o de lucro desvirtua o sentido ontológico do trabalho.⁵

De outro lado, a crescente hierarquização do mundo do trabalho diminui o número de trabalhadores que estão no topo da pirâmide e, conseqüentemente, amplia a massa dos marginalizados que são obrigados a encontrar quaisquer maneiras de reproduzirem suas vidas, em meio a todo tipo de precariedades, contradizendo a possibilidade do trabalho emancipador.

⁴ Disponível em:

http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2085&secao=270

Acesso em: setembro de 2013.

⁵ Disponível em:

http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2085&secao=270

Acesso em: setembro de 2013.

As barreiras classistas compõem a vida dos sujeitos desde a sua infância, perpetuando assim, as desigualdades específicas das classes. Eis que, mesmo no interior das instituições “educadoras” reproduzem-se as desigualdades e o controle, contrapondo-se perante as práticas existentes a educação libertadora, humanista, conscientizadora e politizadora, oferecida por Paulo Freire. Ainda segundo o mesmo, a libertação do oprimido será possível por meio da educação.⁶

Conforme explicita Adorno (1995), uma democracia não deve apenas funcionar, mas, sobretudo, trabalhar o seu conceito, e para isso exige pessoas emancipadas. Só é possível imaginar a verdadeira democracia com uma sociedade de emancipados. Ainda, segundo o mesmo, torna-se evidente em uma democracia a exigência de emancipação.

A inter-relação entre educação, trabalho e emancipação, nos leva a deduzir que a concretização de uma sociabilidade emancipada, requerida por Adorno (1995), passa pela efetivação do trabalho emancipado, reconfigurando por meio de processos educativos uma cultura de submissão e subordinação vigente no mundo do trabalho.

No entanto, as relações mercantilistas e opressoras estão tão enraizadas na sociedade contemporânea, que se torna difícil definir quais as práticas comprometidas ao pensamento Iluministas que podem oferecer ao homem a sua LIBERDADE, se atualmente a busca pela emancipação humana transforma-se em um sistema de opressão em busca da libertação humana, denunciados pelos desentendimentos geopolíticos entre as nações.

Para Webster & Lambert (2005), os indivíduos ao invés de se empenharem para luta pela emancipação social, forçam o corpo, a mente e o espírito, aceitando muitas vezes qualquer sacrifício em troca de um novo ideal ressurgente: o de ser sempre o melhor.

O Neoliberalismo busca no ser humano sua emancipação individual, onde por meio desta, cada um realiza as suas aspirações sendo livre e competitivo e estabelecendo relações de interesses meramente individuais.

Para Cattani (2006, p. 44):

A autonomia quando compõe o imaginário libertário e impulsiona, de forma espontânea ou induzida, as reivindicações e as práticas que se opõem às normas arbitrárias, às hierarquias opressoras, e à racionalidade produtivista privada diferencia-se da autonomia individual.

Em acordo a afirmação de Cattani, advoga-se que a autonomia proporcionada por meio da ação coletiva decorre a emancipação dos sujeitos. Desta forma, cabe aqui discutir a

⁶ Freire, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. Unesp, 2000.

partir de quais bases e princípios é possível pensar o tema de emancipação? Sendo assim, apresentaremos na continuidade da presente pesquisa as possibilidades do trabalho emancipado por meio das atividades associativistas e a luz da Economia Solidária.

2.3 ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

É perceptível que existe no pensamento marxista uma relação entre a liberdade e a emancipação, pois a segunda apenas se dá quando a primeira é possível. Segundo Marx, este processo pode ocorrer por meio da associação entre homens e mulheres capazes de transformar sua força social em força política.⁷

A prática do associativismo existe há séculos e tornou-se sinônimo de interação e cooperação entre as pessoas, trazendo uma série de benefícios, os quais se aproximam das necessidades contemporâneas da sociedade, dentre elas a diminuição das injustiças sociais e das disparidades de crescimento econômico entre os vários espaços geográficos. Inexoravelmente marchamos em direção à amplitude da participação política e a desestabilidade do sistema político-econômico vigente, rompendo assim, com o poder tirano que desestrutura desde o pretérito a organização social.

De acordo com Tocqueville (1998, *apud* Ganança, 2006), as associações são instrumentos para agregação de interesses comuns dos indivíduos, não servindo em momento algum para reivindicação do poder político. As associações, segundo o mesmo, criam nos indivíduos hábitos de colaboração, solidariedade e espírito público.

Portanto, diante a timidez do trabalho associado perante a presença de políticas públicas que o torna inoperante, externa-se a própria debilidade de um sistema cuja intenção é se tornar democrático. Sendo para tanto, necessário entre os membros de uma sociedade que anseia pela descentralização do poder, pela igualdade e justiça, ao menos ensaios quanto à coresponsabilidade, participação, autodisciplina e colaboração.

Para Ganança (2006), as associações poderiam ser consideradas como escolas de civismo, de convivência democrática, de colaboração e de aplanamento de posicionamentos mais radicalizados com relação à normalidade e à estabilidade social e cultural vigentes.

No que diz respeito ao associativismo no Brasil, Luiz Filho (1961), afirma que com a chegada dos jesuítas, em 1610, deu-se início à ideia de uma forma associativa de produção agrícola, já comum entre os índios brasileiros. Por quase 200 (duzentos) anos este sistema

⁷ MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

prevaleceu, baseado no trabalho solidário e coletivo, e fundamentado pela ética religiosa e no mutualismo praticado pelos portugueses e transposto para o Brasil. A ideia colonialista e o reacionarismo puseram fim a estas primeiras experiências associativistas.

Não obstante, tenha aumentado o número de nascimentos de associações no país e em especial na região Nordeste, as bibliografias demonstram que boa parte das associações está incorporando os princípios ético-políticos, democráticos e participativos no seio do associativismo.

Desta forma, entender a atual conjuntura do associativismo na região nordeste, é conhecer e entender o movimento da Economia Solidária desde a sua gênese, como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as) como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza, assim como está inserido na carta de princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária⁸

De acordo com Singer (2002), os ensaios de Economia Solidária surgem por meio da classe operária no início do capitalismo industrial, os quais são decorrentes dos problemas socioeconômicos que se impulsionaram com o advento das máquinas industriais que aos poucos substituíram a mão de obra humana no início do século XIX.

Com a organização trabalhista por meio de cooperativas, inicia-se uma luta contra a precarização do trabalho e contra a exploração do trabalhador, buscando na classe operária resgatar os princípios norteadores do que viria a se chamar de economia solidária, dentre eles: democracia, autogestão, igualdade e autonomia.

Para Laville (1994), a Economia Solidária é um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas, cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. Ela ainda se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional.

Ultimamente, os empreendimentos solidários vêm ampliando sua área de atuação frente às injustiças sociais, como alternativa de geração de trabalho e renda. Embora que em muitas localidades seus ensaios sejam embrionários, seus resultados são significativos e

⁸ Disponível em: www.fbes.org.br. Acesso em setembro de 2013.

emergenciais, de tal forma, que estes empreendimentos realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Conforme a Secretaria Nacional de Economia Solidária, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizadas sob a forma de autogestão. Considerando essa concepção, as suas características são:⁹

1-Autogestão: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.

2-Solidariedade: o caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Contudo, é importante perceber os caminhos trilhados por este movimento em um país como o Brasil, que desde a sua época de colônia portuguesa passou por uma série de transformações no contexto das relações trabalhistas e que hoje sinaliza, inclusive em suas políticas públicas, reencontros dentre suas práticas econômicas com a Economia Solidária, ao que tudo indica a partir do final do século XX, em consequência das formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho.

Segundo Motta (2004), o termo economia solidária apareceu no Brasil pela primeira vez na década de 1990, cunhado por Paul Singer, economista, doutor em sociologia, sendo uma das personalidades mais carismáticas do movimento da economia solidária e atual Secretário Nacional de Economia Solidária.

O crescimento de empreendimentos econômico-solidários no contexto brasileiro se deve a vários fatores, entre os quais vale destacar: a resistência dos trabalhadores à crescente exclusão, desemprego urbano e a desocupação rural resultantes da expansão agressiva dos efeitos negativos da globalização da produção capitalista (SINGER, 2002).

⁹ Disponível em: <www.fbes.org.br>. Acesso em: agosto de 2013.

3 METODOLOGIA

A ciência se faz quando o pesquisador aborda os fenômenos aplicando recursos técnicos, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos. (SEVERINO, 2007, p.100). Por meio de um planejamento de utilização dos instrumentos de pesquisa, se escolhe um processo metodológico pelo quais serão utilizados estes instrumentos, ou seja, os mesmos não acontecem de forma aleatória.

3.1 TIPO DE ESTUDO

A referida análise foi feita na Associação de Pescadores do município de Camalaú-PB em agosto e setembro de 2013. A mesma realizou-se *in loco*, com objetivo de pesquisa de natureza descritiva e exploratória, utilizando a pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa de campo, com anotações no diário de campo do pesquisador e relatórios.

A pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestações desse objeto (SEVERINO, 2007. p. 123). Estas informações foram adquiridas diante de breve convivência em meio ao espaço e aos sujeitos em estudo, afim de, se buscar um melhor entendimento quando na observação, análise e comparação entre o que foi observado, os resultados obtidos com o questionário e as entrevistas, e o levantamento bibliográfico.

Os fundamentos epistemológicos da pesquisa foram quali-quantitativos, onde por meio destes, possibilitou-se a análise acerca da realidade a ser investigada de forma mais lúcida e complementar possível.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados foi utilizada a observação, um tipo de entrevista aplicada a presidenta da APESCA e a um ex-presidente e um tipo de questionário aplicado a quarenta associados com questões abertas, fechadas e mistas.

Quanto à análise dos dados, objetivou-se uma melhor apresentação dos resultados por meio de tabelas e gráficos, utilizando-se o método estatístico descritivo.

3.2 LOCAL DE ESTUDO

O presente estudo realizou-se no Município de Camalaú, Estado da Paraíba, em sua mesorregião da Borborema e microrregião do Cariri Ocidental, distante a 331,7 Km (trezentos e trinta e um quilômetros e setecentos metros) da capital João Pessoa.

A sede do município tem uma altitude aproximada de 521 metros. Seu acesso é feito, a partir de João Pessoa, pelas rodovias BR 230/BR 412/PB 224. Está inserido nas folhas SUDENE de Sumé e Pesqueira.¹⁰

Camalaú limita-se ao Sudeste com o estado de Pernambuco, ao Sul com o município de São João do Tigre (22 km), ao Sudoeste com o município de São Sebastião do Umbuzeiro (37 km), a Oeste com o município de Monteiro (35 km), a Norte com o município de Sumé (26 km) e ao Leste com o município do Congo (20 km). Sua distância até a capital é de 331,7 km (SUDEMA)¹¹

De acordo com o IBGE a população estimada para 2013 é de 5.917 (cinco mil, novecentos e dezessete) habitantes, sua área territorial é de 543,688 Km² e sua densidade demográfica é de 10, 57 hab/Km².¹²

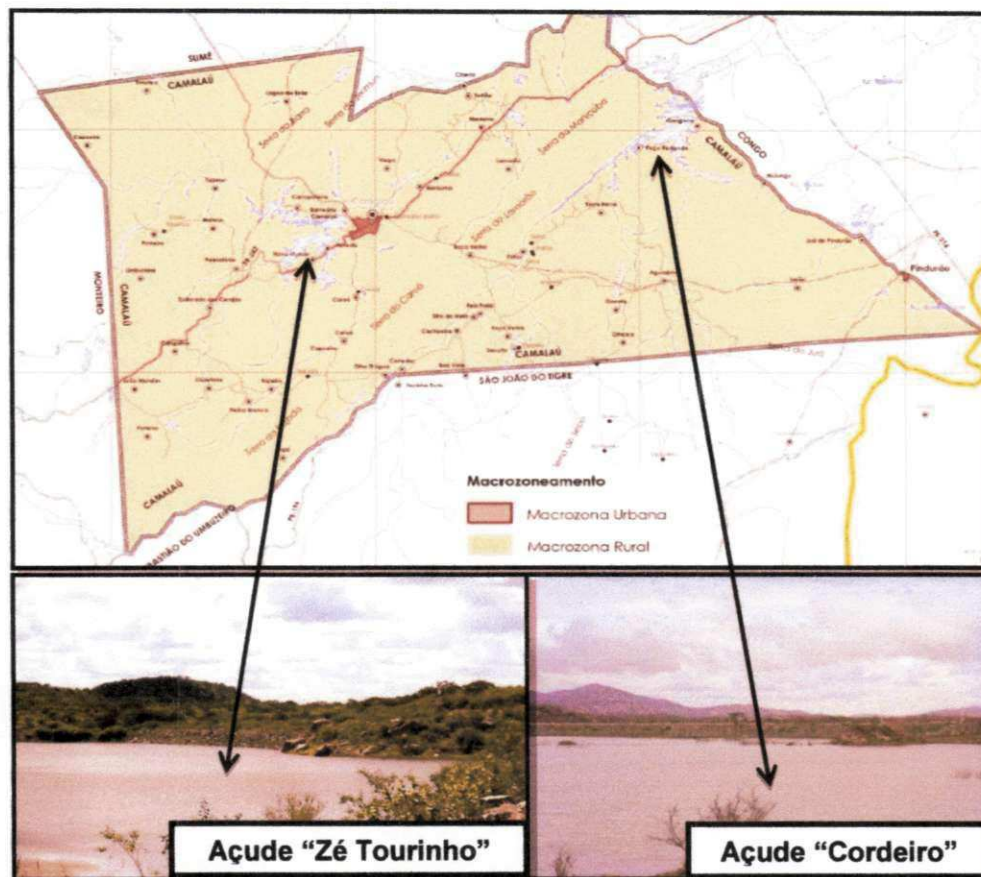
Regionalmente, o município ganha notoriedade frente ao seu potencial hídrico (ver figura 1), tendo em sua área dois dos maiores reservatórios hídricos do cariri ocidental: o açude “Zé Tourinho” e o açude “Cordeiro”, sendo este último, na divisa com o Congo-PB. O município ainda é contemplado com dois grandes rios, sendo eles: Rio do Espinho e Rio do Meio, tendo um impacto econômico significativo em razão das atividades desenvolvidas através da utilização deste recurso.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/paraiba/relatorios/CAMA049.pdf>>. Acesso em: agosto de 2013.

¹¹ Disponível em: <<http://www.sudema.pb.gov.br/>>. Acesso em: setembro de 2013.

¹² Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=250390>>. Acesso em: setembro de 2013.

Figura 1: Zoneamento e Rede Hidrográfica do município de Camalaú-PB



Fonte: CMT Engenharia, 2012.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA E AMOSTRA

A amostra ocorreu na APESCA em Camalaú/PB com a Presidenta, a Sr.^a Maria de Fátima e com os associados, onde diante de um universo de 71 associados foram questionados 40, ou seja, 56,3% do total de associados. Conforme Vergara (2007, *apud* Leite, 2013), a população de uma pesquisa é representada por vários fatores que possuem características comuns, ou seja, características que representam os objetos de estudo.

3.4 HISTÓRICO DA APESCA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Associação de Pescadores de Camalaú (APESCA), foi criada em 21 de abril de 2001 na cidade de Camalaú, na Microrregião do Cariri Ocidental paraibano. Tendo como seu primeiro presidente, na época o então, vereador José Paulo Barbosa, na APESCA foram inicialmente associados dezenas de pessoas, inclusive, algumas destas, não estando ligadas diretamente a atividade pesqueira.

A APESCA é composta por 79 (setenta e nove) associados, sendo que destes 40% são mulheres, inclusive a sua presidenta Maria de Fátima Mota Barbosa. A produção de peixes, com destaque para Tilápia (*Sarotherodon niloticus*) e Traíra (*Hoplias malabaricus*), ocorre de forma artesanal e em tanques rede.

3.5 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Foi aplicado um tipo de questionário com quarenta associados com questões abertas, fechadas e mistas, estas sendo, quatorze fechadas, cinco abertas e quatro mistas. As questões ainda dividiram-se em três blocos temáticos de análise: perfil dos sujeitos de pesquisa, questões relacionadas ao trabalho e questões relacionadas a aspectos político-educativos.

Consonante ao afirmo por Gil (1999), o questionário é uma técnica de investigação composta por um número de questões mais ou menos elevado apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.

Esta coleta de dados foi realizada na primeira quinzena do mês de setembro de 2013, após reunião extraordinária da associação sem estabelecer aviso prévio do trabalho que seria executado.

Foi aplicado ainda, um tipo de entrevista com a presidenta da APESCA e com um ex-presidente, contendo cinco questões.

Para Gil (1999), a entrevista é uma das técnicas mais usadas na coleta dos dados no domínio das ciências sociais, e uma forma de interação social em que uma das partes se apresenta como fonte de informação e a outra busca coletar dados.

Quanto à observação *in loco*, a mesma ocorreu por meio de visitas intermitentes. Estas aconteceram em duas reuniões ordinárias, em duas visitas feitas com parte do corpo discente e docente da UFCG-CDSA as instalações produtivas da APESCA e da COOPESCA e com uma

turma do SENAC a produção de traíra desfiada encabeçada por um grupo de mulheres associadas.

Durante a observação foram anotados em caderno de campo os seguintes aspectos: participação coletiva, processo educativo, processo produtivo e organização administrativa.

3.6 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

Posterior à aplicação do questionário, executou-se a análise dos dados, utilizando-se o método estatístico descritivo. A referida análise vislumbrou os indicadores de solidarismo internos e externos, a caracterização dos seus componentes como atores participantes e/ou participativos no processo administrativo e político, a eficiência e a viabilidade sócio-econômico-ambiental do empreendimento.

No exame dos questionários, trabalharam-se as questões da seguinte forma: as fechadas quantitativamente, as abertas qualitativamente e as mistas quali-quantitativamente. Sendo que, a representação das fechadas foi feita por meio de quinze gráficos discutidos, a das abertas foram relatadas e discutidas e as mistas foram feitas comparações entre gráficos e quadro de respostas.

Lakatos e Marconi (2001, p. 238), “são representações geométricas dos dados, evidenciando seus aspectos visuais de forma sintética, clara e objetiva. São empregados para dar destaque a certas relações significativas”.

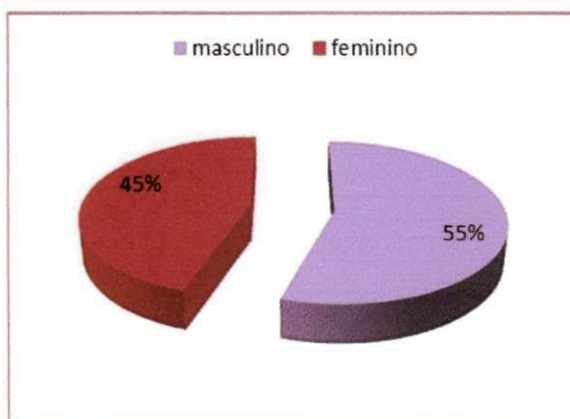
O objetivo da utilização de tabelas e gráficos é o de causar uma rápida impressão viva do conteúdo apresentado, sendo uma forma de linguagem universal de apresentação de dados.

4 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

De acordo com a finalidade proposta no presente estudo, a de conhecer qual a relação entre educação e trabalho para a emancipação dos sujeitos da APESCA, a partir dos dados quali-quantitativos provenientes dos instrumentos de coleta de dados, se discute os respectivos resultados correlacionados aos objetivos propostos.

No universo de 71 associados, foram questionados 40, onde destes 45% eram do gênero feminino, ou seja, 18 mulheres assim como apresentado no gráfico 01. Em uma atividade caracterizada historicamente como sendo masculina, os dados denunciaram a concordância entre a realidade presenciada e o estabelecido no artigo quinto do Estatuto Social da APESCA. (Ver Anexo A)

Gráfico 01- Gênero dos participantes da pesquisa (%)



Fonte: Dados referente à pesquisa, 2013.

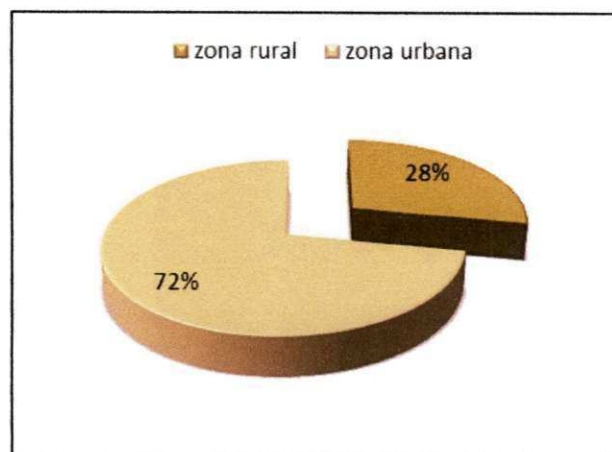
Gráfico 02- Faixa etária dos participantes da pesquisa (%)



Fonte: Dados referente à pesquisa, 2013.

Em relação ao gráfico 02 quanto à faixa etária, notou-se que maior parcela dos associados ocupa a média etária entre 41 e 50 anos, ou seja, 28% correspondentes ao número de 11 associados. Observa-se ainda, que quase metade, cerca de, 48% dos sujeitos questionados estão acima dos 40 anos de idade, demonstrando a presença e importância histórica da pesca na região.

Gráfico 03- Localização da residência



Fonte: Dados referente à pesquisa, 2013.

Embora a pesca seja uma atividade caracterizada como rural, 72% (29) dos associados da APESCA e suas instalações estão situados na zona urbana do município de Camalaú-PB (Figura 03). Uma das realidades encontradas em municípios deste porte e nesta região, é que uma das suas principais fontes de renda vem das atividades agropecuárias, estas, que não são exclusivas da zona rural e se estabelecem, inclusive, na zona urbana.

Para Graziano Silva (1999) está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Sendo que as cidades não podem mais ser identificadas, simplesmente, como atividade industrial, nem os campos podem ser identificados como agricultura e pecuária.

Quanto ao tempo de participação dos associados, percebe-se a baixa porcentagem de indivíduos que se associaram nos últimos três anos, apenas 2%, ou seja, um entre quarenta questionados se associou. Porém, vinte e quatro pescadores (55%), se associaram nos últimos 10 anos, período coincidente as transformações das políticas públicas federais quanto à atividade pesqueira. (Gráfico 04)

Dentre os vários avanços por parte das políticas públicas no que concerne a atividade pesqueira, um dos marcos iniciais deu-se no dia 1º de janeiro de 2003, quando o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 103 (hoje Lei nº 10.683) que criava a Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP/PR). O órgão federal, ligado à Presidência da República, ficou responsável por fomentar e desenvolver políticas voltadas ao setor pesqueiro no conjunto de seus anseios.¹³

¹³ Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/ministeriomp/historico1>>.

Gráfico 04- Tempo de participação na APESCA (%)

Fonte: Dados referente à pesquisa, 2013.

Gráfico 05- Grau de escolaridade (%)

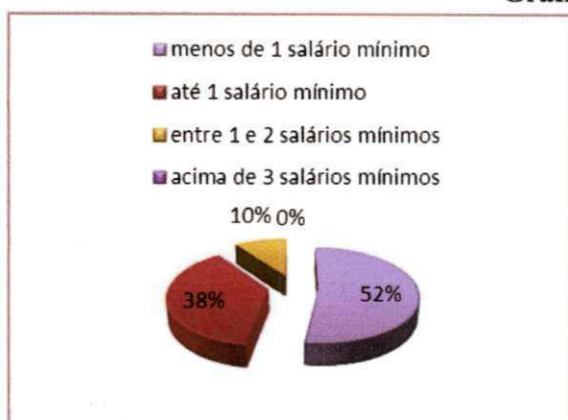
Fonte: Dados referente à pesquisa, 2013.

Quanto ao grau de escolaridade, 35% (14) dos associados não terminaram o Ensino Fundamental e 50% (20) não tiveram acesso ao Ensino Médio, pois os mesmos, desde cedo, tiveram que confrontar e dividir seu tempo de trabalho com o tempo de estudo. (**Gráfico 05**)

Para Gomes *et al.* (2004, p.15), “Os homens da classe operária têm desde cedo necessidade do trabalho dos seus filhos. Estas crianças precisam adquirir desde cedo o conhecimento e sobretudo o hábito e a tradição do trabalho penoso a que se destinam. Não podem, portanto, perder tempo nas escolas.”

Ainda, ao comparar as informações representadas nos gráficos 01,02 e 05, percebe-se que a faixa etária mais elevada ocorre entre os homens e a menor grau de escolaridade, representando o fato de a pesca ser historicamente uma atividade masculina, onde boa parte destes homens dedicaram maior parte do seu tempo ao trabalho e não tinham acesso a educação formal.

Conforme afirmado por Camargo *et al* (2004), a educação ocorre em um contexto de posições e disposições no espaço social (em conformidade com o capital econômico, social e cultural dos sujeitos usuários da escola), de heterogeneidade e pluralidade sociocultural, de problemas sociais refletidos na escola, de desvalorização dos segmentos menos favorecidos, de fracasso escolar, etc.

Gráfico 06- Renda mensal dos associados (%)

Fonte: Dados referente à pesquisa,2013.

Gráfico 07- Existência de outra fonte de renda (%)

Fonte: Dados referente à pesquisa,2013.

Em referência à sustentação econômica dos associados, 52,5% declararam receber menos que um salário mínimo e 72,5% afirmaram viver apenas da pesca para sobreviver. (Gráficos 06 e 07). Segundo informações obtidas *in loco*, os pescadores ganham por produção, produzindo em média 10kg/dia, o equivalente a R\$ 50,00, esta que é vendida para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tanto os peixes produzidos artesanalmente quanto os dos tanques-redes.

As informações quanto à rentabilidade dos pescadores associados foram contrariadas nos relatos da presidenta da APESCA, onde segundo a mesma, maior parte dos associados oculta seu patamar econômico no temor de perder os auxílios governamentais, sendo os interesses econômicos, um dos principais motivos pelos quais a maioria se associou como representado no quadro 01.

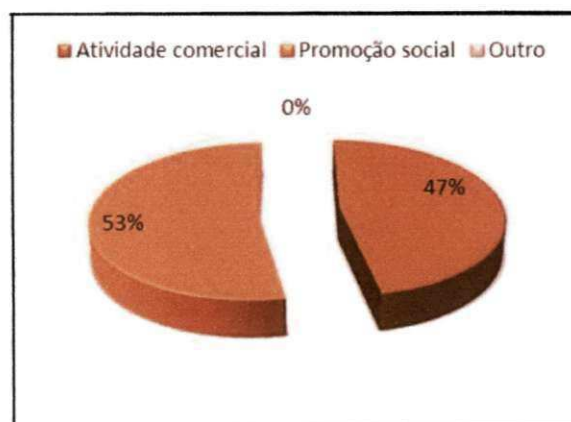
Quadro 1 – Principais respostas dos atores da APESCA, referentes aos motivos pelos quais se associaram.

ATORES	RESPOSTAS
AI	14 dos questionados tiveram em suas respostas motivos ligados a melhoria nas condições de renda familiar.
AII	09 dos questionados tiveram em suas respostas motivos ligados a identificação familiar com a pesca e satisfação profissional.
AIII	06 dos questionados tiveram em suas respostas motivos ligados a obtenção de conhecimento e a capacitação quanto às técnicas da pesca.
AIV	03 dos questionados tiveram em suas respostas motivos ligados aos benefícios governamentais destinados aos associados.
AV	07 dos questionados tiveram em suas respostas motivos ligados a questões de promoção social.

Fonte: Dados referente à pesquisa, 2013.

O quadro 01 nos apresenta uma realidade no que tange a pesca na perspectiva de produção familiar, tornando-se sinônimo de satisfação pessoal e profissional tendo muitas vezes como mão-de-obra o núcleo familiar. Ainda, um relevante número de respostas (07) pressupõe a crença por parte dos pescadores em relação à associação, com sendo esta, um mecanismo capaz de provocar transformações sociais ascendentes.

Gráfico 08- Principal objetivo da APESCA (%)



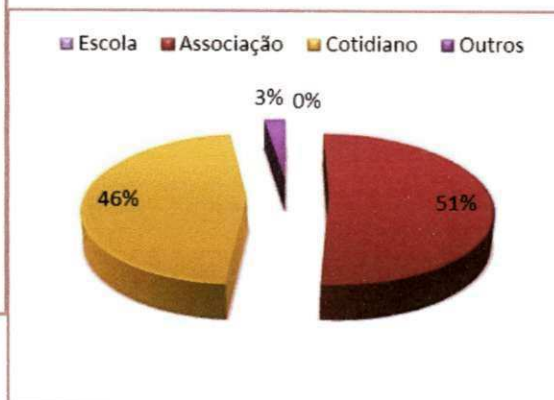
Fonte: Dados referente à pesquisa, 2013.

As informações explicitadas referentes aos motivos da associação estão em acordo à concepção quanto a principal função de uma associação, onde 53% (21) afirmaram ser a atividade comercial o principal objetivo da APESCA como apresentado no Gráfico 08.

De acordo com Albuquerque (2006, *apud* Silva, 2013), “associação é a pessoa jurídica criada com base na união de ideias e esforços de pessoas em torno de um propósito que não tenha finalidade lucrativa”. Portanto, o objetivo primordial das associações é o bem comum e coletivo, no intuito da melhoria da vida dos seus associados.

Gráfico 09- Participação em movimentos sociais (%)

Fonte: Dados referente à pesquisa, 2013.

Gráfico 10- Espaço de maior construção do conhecimento (%)

Fonte: Dados referentes à pesquisa 2013

Segundo o gráfico 09, 33% dos associados tiveram participação em movimentos sociais, a exemplo do Movimento Sem Terra, nesses movimentos, está presente o cidadão coletivo que reivindica, baseado em interesses coletivos de diversas naturezas. Nesta luta dos cidadãos por uma cidadania coletiva se faz presente também um processo educativo que se constrói na prática social, tida como educação informal. Sendo assim, as vivências e experiências advindas destes espaços contribuem para as possibilidades de ação política dos sujeitos.

Para Gaspar *et al* (1998), por meio da educação informal, tão antiga como a civilização humana, se adquirem novas estruturas mentais, e estas, seja lá quando, onde e como for adquirida, sempre contribuem para o enriquecimento da nossa capacidade cognitiva. Sendo este enriquecimento sempre favorável à aprendizagem de qualquer conceito, de qualquer natureza.

Entre os espaços de construção do conhecimento, os que mais foram referenciados como essenciais foram à associação e o cotidiano, onde 51% (20) dos associados afirmaram ser a associação e 46% (18) dos associados afirmaram ser o cotidiano. Nestes dois espaços citados estão presentes os modelos de educação informal e não-formal, subtendendo-se assim, a desvinculação ou a não percepção da educação formal diante das necessidades evidentes do espaço de trabalho dos pescadores. (Gráfico 10)

Conforme Gorz (1980, p.202) “a real natureza de classe da escola vem da separação que ela introduz entre ‘cultura’ e ‘produção’, entre ciência e técnica, entre trabalho manual e

trabalho intelectual. O capitalismo de hoje, de fato, não recusa o direito à escola; o que ele recusa é mudar a função social da escola”.

Uma escola de conteúdos integrados e contextualizados com a realidade social de seus educandos, cria um vínculo não só entre as suas práticas pedagógicas e as exigências do mercado de trabalho, mais também com as necessidades dos sujeitos em todo o seu processo de socialização.

Gráfico 11- Existência de projetos de capacitação na APESCA (%)



Fonte: Dados referente à pesquisa, 2013.

Gráfico 12- Participação em curso de capacitação (%)



Fonte: Dados referente à pesquisa, 2013.

Quanto aos projetos de capacitação oferecidos aos associados no que compete à educação não-formal, 70% (28) dos associados afirmaram estarem cientes quanto à existência destes e apenas 51% (20) disseram já terem participado de algum curso de capacitação. (Gráficos 11 e 12)

Segundo a presidenta da APESCA, alguns projetos de assistência técnica, de capacitação e alfabetização foram e estão sendo implantados, como: Pescando letras, Curso Técnico de Pesca e Aquicultura, Curso de Arte e Pesca, Programa de Assistência Técnica e o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos (Ver fotos 01 e 02).

Fotos 01 e 02: Cursos de capacitação da APESCA (2012).



Fonte: APESCA (2012).

Para Gadottif (2009), na autogestão, a formação para a gestão não é um processo educativo restrito ao setor administrativo. Todos devem sentir-se e agir como parte integrante do empreendimento, e processos de formação presentes não devem restringir aos aspectos informativos e formativos, mas envolver também aspectos organizativos e produtivos.

Dentre os cursos citados, não houveram indícios de trabalhos realizados quanto às noções básicas e os princípios que norteiam a Economia Solidária e o Associativismo.

Por meio das informações obtidas com a presidenta da APESCA, Maria de Fátima, evidenciou uma resistência cultural por parte dos pescadores em transitar da pesca artesanal para a aquicultura, ou seja, no processo de qualificação das técnicas de produção e da irregularidade da produção. Como uma das consequências, surgiram as mulheres que antes tinham uma participação limitada na associação com um papel de suma importância no que diz respeito à produção de tecnologias sociais na APESCA.

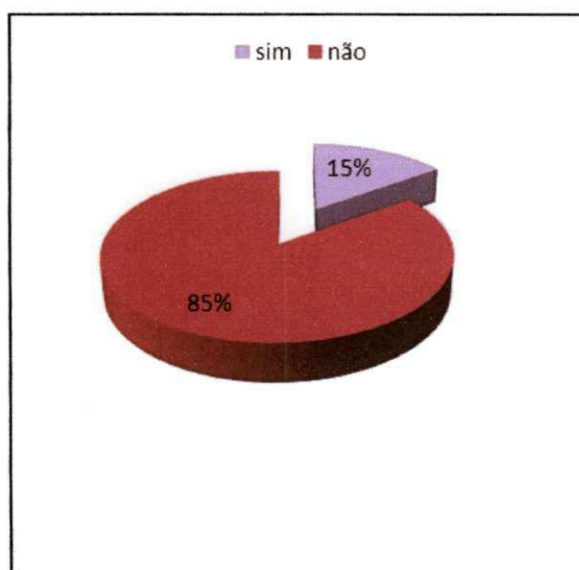
Para Souza (2010), as tecnologias sociais são aquelas que compreendem produtos, técnicas e metodologias desenvolvidas na interação dos saberes científicos e popular e que representam efetivas soluções de transformação da sociedade.

Através da inovação, da participação coletiva e do espaço conquistado, as mulheres da APESCA agregaram valor à espécie de peixe Traíra (*Hoplias Malabariclls*). Por meio de experimentações de cunho empírico, criou-se um produto intitulado por “Traíra Desfiada”, originado do beneficiamento e do processamento desta espécie. Esta tecnologia de baixo custo e de relevância social é caracterizada como tecnologia social, no intuito de auxiliar os pescadores, sendo responsável pela demanda de um produto antes “jogado aos porcos”, se

tornando uma alternativa de renda extra para as famílias envolvidas neste processo e melhorando a qualidade alimentícia da população.

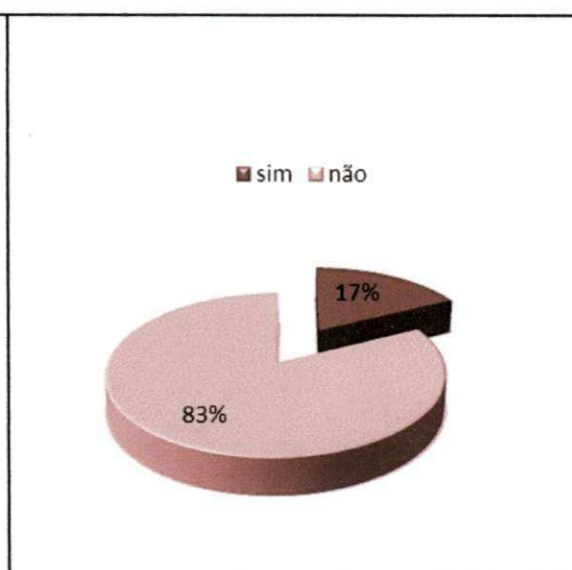
O feminismo propõe um projeto de sociedade alternativa e coloca como objetivo a abolição, ou ao menos transformação profunda, da ordem patriarcal e de seu poder regulador, em nome de princípios de igualdade, de equidade e de justiça social. Os movimentos feministas reúnem um conjunto de discursos e práticas que dão prioridade à luta das mulheres para denunciar a desigualdade de gênero (DESCARRIES, 2002).

Gráfico 13- Ocupação em cargos administrativos (%)



Fonte: Dados referente à pesquisa, 2013.

Gráfico 14 – Existência de candidaturas a cargos administrativos (%)



Fonte: Dados referente à pesquisa, 2013.

Quanto aos dados referentes à participação política-administrativa dos associados, diante da semelhança entre os apresentados nos gráficos 13 e 14, percebe-se que a rotatividade de cargos eletivos encontra-se comprometida em consequência da incipiente participação dos associados nas questões meramente eletivas e ocupacionais. Pois apenas 17% (7) afirmaram terem já terem se candidatado a algum cargo administrativo e 15% (6) afirmaram terem ocupados cargos administrativos. Estes dados denunciam o não entendimento do processo associativo enquanto sua funcionalidade e da importância indistinta do processo eletivo.

Derrida (*apud* Ortega, 2000) destaca a ideia de desconstrução no campo da ética e da política, que permite uma abertura para o outro, para a tolerância à diferença e ao conflito como formas de alimentar também a singularidade e a alteridade.

A participação na APESCA ainda não contemplou um fortalecimento de uma visão mais abrangente e politizada da vivência entre os associados, sendo ocultados muitas vezes, os sentimentos de pertencimento, de identificação e de compromisso social.

De acordo com Borinelli *et al.*, (2010), as organizações solidárias devem apresentar como uma de suas vantagens, o seu processo de decisão que em vez de individual é coletivo, tendendo a ser mais democrático e participativo, visto que conta com a experiência de todos os participantes e não fica restrito à imposição de uma minoria.

Mesmo que sendo visíveis as desigualdades internas da associação, vários estímulos são oferecidos pela administração no intuito de premiar os associados quanto ao aumento da produção, assiduidade nas reuniões e diminuição da inadimplência das contribuições mensais. No entanto, esta prática muitas vezes estimula ainda mais a competição, contrariando as intenções e objetivos propostos pela associação.

Segundo Borinelli *et al.*, (2010), os objetivos de um empreendimento solidário é o de priorizar a solidariedade à competição, a preservação dos postos de trabalho como primazia à lucratividade e a distribuição dos frutos do trabalho entre os produtores diretos.

Quando os associados foram indagados quanto aos principais problemas enfrentados na associação, várias questões tornaram-se comuns e em destaque por parte dos questionados, como: desunião e desarticulação entre os associados, baixo nível de escolaridade, falta de assistência técnica, falta de participação e interesse coletivo nas questões administrativas, irregularidade na produção e baixa rentabilidade, a tímida valorização adequada à classe dos pescadores e aos seus produtos, etc.

Nas questões referentes às contribuições provenientes do apoio do poder público, embora citado a compra por parte da prefeitura municipal do pescado para merenda escolar, 62% dos pescadores afirmaram não haver contribuição por parte da mesma. (Gráfico 15)

Gráfico 15- Contribuição da gestão pública municipal (%)

Fonte: Dados referente à pesquisa, 2013.

Em relação às sugestões de como poderia acontecer ou reafirmar esta parceria, os pescadores sugeriram relações perante os aspectos econômicos e sociais, como apresentado no quadro 2.

Quadro 2 – Principais respostas dos atores da APESCA, referentes às possíveis contribuições que poderiam partir do poder público.

ATORES	RESPOSTAS
AI	15 dos questionados tiveram afirmaram em suas respostas a necessidade de contribuições ligadas à questão da compra do pescado.
AII	04 dos questionados tiveram afirmaram em suas respostas a necessidade de contribuições ligadas à questão de apoio às ações desenvolvidas na APESCA.
AIII	03 dos questionados tiveram afirmaram em suas respostas a necessidade de contribuições ligadas à questão de disponibilização de recursos financeiros.
AIV	12 dos questionados não fizeram quaisquer referência.
A V	02 dos questionados tiveram afirmaram em suas respostas a necessidade de contribuições ligadas à questão de divulgação de suas atividades.

Fonte: Dados referente à pesquisa, 2013.

Ainda em relação ao quadro 2, timidamente as resposta menos presentes referiam-se ao apoio na área da saúde aos pescadores, nas questões de capacitação e qualificação e quanto à formulação de novos projetos, ambos intimamente ligados ao real objetivo exposto da associação.

Embora boa parte da caracterização dos sujeitos e do local de estudo não esteja adequada a um espaço de atividades coletivas, igualitárias e emancipadas, notou-se perante a

indagação quanto as possíveis transformações e mudanças que poderiam ocorrer na APESCA e que trariam benefícios. As áreas passíveis de transformação sugeridas estão convergentes aos principais problemas existentes e levantados pelos associados.

Sendo assim, o quadro 03 dispõe os aspectos quanto ao número de citações feitas:

Quadro 3 – Principais respostas dos atores da APESCA, referentes aos aspectos em que poderiam ser efetuadas melhorias na associação.

COLOCAÇÃO	RESPOSTAS
1º	Apoio governamental, construção de sede própria e aumento dos recursos financeiros.
2º	Aumento da produtividade, união entre os membros e melhorias na educação.
3º	Rentabilidade, participação coletiva, organização administrativa, aumento nas vendas, insumos para produção, novos projetos e inovações tecnológicas.
4º	Questões hídricas e ligadas a saúde.

Fonte: Dados referente à pesquisa,2013.

Notou-se diante das afirmações que as concepções também estão se transformando, mesmo que em passos lentos, mas não tardiamente. Embora exista ainda uma passividade por parte dos associados ou pelo fato de muitos serem coagidos, mas as necessidades e vivências inevitavelmente expõem lacunas na estrutura organizacional, e perante as possibilidades de crescimento e desenvolvimento financeiro e social, vários vícios e limitações vão sendo revistos.

Quanto às análises e transformações aqui discutidas, Arroyo e Schuch (2006, p.63) afirmam que:

A economia popular e solidária é aquela que acrescenta o desafio de, também como fator de desenvolvimento, ser germinada, brotada de dentro para fora, de baixo para cima, aberta para o mundo, mas com identidade própria, que possa estabelecer um diálogo em que o eixo é o equilíbrio, a distribuição, a justiça. A economia popular e solidária, para ser sustentável, tem também que se propor a ser avaliada pelos indicadores sociais.

Vários princípios solidários são inexistentes ou encontram-se ocultados, estando, pois esta realidade, correlacionada com as debilidades nos processos educativos. Partindo do pressuposto de que se fazem necessários o entendimento e a prática dos termos igualdade, solidariedade e democracia para que se conquiste a emancipação destes sujeitos em pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

O presente estudo atingiu significativa relevância frente às análises conceituais, ao tratamento dos dados colhidos e as análises e considerações cabíveis, tornando-se assim, um instrumento norteador tanto aos que objetivarem enveredar na área de estudo quanto como para os sujeitos aqui estudados, por serem estes, os principais interessados nos possíveis benefícios oriundos de um trabalho científico desta natureza.

Diante o exposto, considera-se a importância de todo processo educativo, seja ele formal, informal ou não-formal na organização e administração da APESCA. A reintrodução dos sujeitos envolvidos nas atividades coletivas no processo de educação formal, por meio de projetos que buscam alfabetizar pescadores profissionais e aquicultores familiares que não tiveram acesso à escola em tempo regular, como o “Pescando Letras”, pelo simples fato, de em sua metodologia respeitar a cultura, as experiências e ser contextualizada com a realidade dos pescadores, faz com que os espaços e momentos de construção do conhecimento sejam mais atraentes e positivos.

Boa parte dos pescadores, inclusive, os de idade mais avançada, tiveram no seu trabalho diário um entrave à continuidade das atividades escolares, porém, como os projetos de alfabetização são compostos por turmas formadas durante os períodos de defeso e da piracema, oportuniza os associados a estudarem e não terem prejuízos econômicos.

Quanto ao processo de educação não-formal, o mesmo, apesar de ter sido intensificado e de ter proporcionado um acúmulo de conhecimentos técnicos por parte dos pescadores e das pescadoras, necessários ao aperfeiçoamento da atividade produtiva, não se estendeu as orientações e capacitações quanto à parte organizacional e administrativo da APESCA, nem tampouco as questões conceituais do que venha a ser uma associação. Fato é que nem os associados se dão conta da amplitude e complexidade de todo o processo coletivo ao qual estão inseridos e ainda relutam em não transitarem às técnicas inovadoras da pesca.

Referente à educação informal, o espaço de interação sociocultural dos pescadores é promissor, entretanto, a diferenciação dos saberes ainda não é adequadamente valorizada. As inovações tecnológicas a exemplo da Traíra Desfiada legitimam os conhecimentos provenientes da interação entre os (as) associados (as).

A incipiente participação política contínua dos associados reflete um distanciamento entre as suas concepções do que venha a ser realmente a APESCA, além do que, as reuniões não são didáticas e nem participativas. Maior parte dos pescadores, embora intuitivamente, mentalizam a relação empregatícia e não empreendedora dentro da própria associação,

comprometendo a autogestão e o sentimento de co-responsabilidade entre os seus componentes. Os associados não demonstram confiança e conhecimento para estabelecer um diálogo mais assertivo e politizado com a presidência da APESCA.

A tímida rotatividade entre os cargos eletivos parecem externar o (des)envolvimento entre os associados, e os recursos estimulantes só os tornam cada vez mais materialistas e dependentes das políticas governamentais.

A própria sede da APESCA, torna entendível a não compreensão de uma associação enquanto organização coletiva democrática e participativa, embora não seja esta a intenção, mas a mesma encontra-se instalada “estruturalmente” na área residencial dos seus dirigentes, podendo inclusive simbolizar a ideia de um bem privado.

As conquistas alcançadas são notórias, principalmente no que diz respeito aos projetos de alfabetização e capacitação dos pescadores, porém muitos ainda não se encontram motivados a participar. Outro ponto forte da APESCA é sua articulação com outras instituições, o que faz com que a mesma possua múltiplas possibilidades de ação.

Não se tornou claro a distinção entre as atividades que competem a APESCA e que diferem das competências da COPESCA, impossibilitando aos pescadores, principalmente aqueles desprovidos de formação e informação, atuarem como autogestores da associação, reivindicando, fiscalizando e sugerindo, independentemente de quaisquer que estejam à frente da administração.

Torna-se pertinente, frente à problemática trabalhada, sugerir algumas ideias dirigidas aos aspectos que precisam ser melhorados na APESCA.

Quanto à estrutura da associação faz-se necessário haver uma reorganização da mesma, fortificada entorno dos princípios do associativismo e da economia solidária.

A APESCA deverá se tornar um espaço que promova sujeitos mais autônomos e cidadãos, percebendo-se como parte integrante e fundamental da associação.

Segundo a concepção do pesquisador, devem-se existir cursos de capacitação e qualificação nas áreas de administração, economia solidária, empreendedorismo, economia prática, computação, etc. E não somente ligados à transmissão de técnicas da pesca.

O leque de oportunidades de venda deve ser ampliado para não haver dependência de um número reduzido de compradores e ainda, deve-se agregar cada vez mais valor aos produtos que são comercializados, se possível que os mesmos sejam beneficiados e processados pelos próprios pescadores.

As reuniões devem ser cada vez mais didáticas e integradoras, onde mesmo as linguagens técnicas e formais sejam entendíveis.

A associação poderá construir parcerias com as instituições educacionais, aonde por meio destas, venha se tornar laboratórios de práticas e compreensões quanto ao que venha ser associativismo, a ainda atrair cada vez mais os discentes para atividades coletivas.

Propõe-se também incentivar cada vez mais, o surgimento de tecnologias sociais, que estimulem a curiosidade e a criatividade dos pescadores frente os seus desafios e que estas possam ser disseminadas e provocadoras de transformações benéficas em outras regiões e realidades.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, José. **Associativismo e cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

ADORNO, T.W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

ARROYA, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil**: a História das rupturas. Pedagogia em Foco, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em: Agosto de 2013.

CAMARGO, Rubens Barbosa de et al. **A qualidade na educação escolar: dimensões e indicadores em construção**. Paper preliminar, parte integrante da pesquisa "Levantamento do custo-aluno-ano em escolas da educação básica que oferecem condições para oferta de um ensino de qualidade". Dez. 2004.

CATTANI, Antônio David (Org.). **Autonomia-Emancipação Social**: In. Dicionário de Trabalho e Tecnologia. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, pg.44.

DESCARRIES, Francine. "Um feminismo em múltiplas vozes, um movimento em atos: os feminismos no Québec". In: Labrys, estudos feministas. Brasília: UnB, número 1-2, julho/dezembro, 2002.

Economia solidária em Londrina aspectos conceituais e experiência institucional / (organizador) Benilson Borinelli...[et al.] – Londrina: UEL, 2010. 224 p. : il Disponível em: http://www.uel.br/pos/ppga/attachments/121_LIVRO%20ECONOMIA%20SOLID%20C3%81RIA.pdf. Acesso em: setembro de 2013.

FREIRE, P. **Terceiro Mundo e Teologia**: Carta a um jovem teólogo. In: TORRES, C. A. (1979) (org). Consciência e História: A Práxis educativa de Paulo Freire. São Paulo: Ed. Loyola.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra.1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio and CIAVATTA, Maria. **Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado?**. *Trab. educ. saúde* [online]. 2003, vol.1, n.1, pp. 45-60. ISSN 1981-7746. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462003000100005>.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. Guia da Escola Cidadã vol. 5. 2ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.

GADOTTI, Moacyr. **A questão da educação formal/não formal**. In: Institut International des Droits de L'Enfant (IDE). *Direito à l'éducation*. Sion, p. 1-11, 18-22 oct. 2005. Disponível em: [http://www.virtual.ufc.br/solar/aula/link/llpt/A a H/estrutura politica gestao organizacional /aula_01/imagens/01/Educacao Formal Nao Formal 2005.pdf](http://www.virtual.ufc.br/solar/aula/link/llpt/A%20a%20H/estrutura_politica_gestao_organizacional/aula_01/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf). Acesso em: Setembro de 2013.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. Orientadora Professora Doutora Lúcia Avelar. Dissertação apresentada ao Instituto de Ciência Pública da Universidade de Brasília (UnB) Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/6650?mode=full>>. Acesso em: Julho de 2013.

GASPAR, A.; HAMBURGER, E. W. **“Museus e centros de ciências: conceituação e proposta de um referencial teórico”**. In: NARDI, R. (org.). *Pesquisas em ensino de ciências*. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Vol.5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Carlos Minayo *et al.* **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 5.ed.- São Paulo, Cortez, 2004.

GORZ, André. *Divisão do trabalho, hierarquia e luta de classes*. _____. **Divisão social do trabalho, ciência, técnica e modo de produção capitalista**. Porto: Public, 1974.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro**, Campinas, Unicamp, 1999.

JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. **Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da Cultura Científica**. Em *Extensão*, Uberlândia. V. 7, 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/download/20390/10860>. Acesso em Agosto de 2013.

JIMENEZ, Susana Vasconcelos. **Educação, cidadania e emancipação**. *Educ. Soc.* [online]. 2007, vol.28, n.99, pp. 609-613. ISSN 0101-7330.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo. Editora Ática, 1993.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de tecnologia científica**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2001, P. 238.

LAVILLE, Jean-Louis. **L'économie solidaire**. Paris: Desclée de Brower, 1994. Disponível em: <http://developpementdurable.revues.org/6022>>. Acesso em Agosto de 2013.

LUIZ FILHO, F. **Teoria e prática das sociedades cooperativas**. 5 edição. Rio de Janeiro: Pongetti, 1961.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital**. Barcelona: Nova Terra, 1970.

MOTTA, E. de S. M. G. **A 'outra economia': um olhar etnográfico sobre a economia solidária.** 2004. 110 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.economiaviva.com.br/?q=node/113>>. Acesso em Junho de 2013.

ORTEGA, F. **Para uma política da amizade:** Arendt, Derrida, Foucault. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2000.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes.** Tradução de Jose Severo de Camargo Pereira. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23.ed.rev.e.atual.- São Paulo: Cortez,2007.

SILVA, Luiz Antônio Coêlho da. **Breves comentários sobre o desenvolvimento local e a economia solidária:** um estudo do Projeto Mandala em Cuité-Paraíba. Artigo apresentado na semana do Centro de Humanidades de 2011.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo,2002.

SOBRINHO, Maurício Firmino. **A Educação Formal Básica como forma de prevenção e diminuição da criminalidade.** Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí,2008. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Mauricio%20Firmino%20Sobrinho.pdf>. Acesso em: setembro de 2013.

SOUZA, Jerônimo Rodrigues. **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma política de Estado de Ciência, Tecnologia e inovação.** Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/bibliotecarts/livros/tecsocialdessust.pdf>>. Acesso em: Junho de 2013.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio.** 1. Ed.- São Paulo: Atual, 2007.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o Ensino Médio.** Atual, 2007.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

WEBSTER, Eduard e LAMBERT, Rob. **Emancipação Social e o novo internacionalismo operário:** Uma perspectiva do sul. In. Santos, Boaventura de Souza (org.). **Trabalhar o mundo, os novos caminhos do internacionalismo operário.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.



APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA

Prezado (a) membro da Associação de Pescadores de Camalaú/PB, o presente instrumento de pesquisa constitui um dos elementos integrantes do trabalho de conclusão do Curso Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano - CDSA/UFCG, que deverá subsidiar a etapa referente à pesquisa de campo, cujo objetivo central é demonstrar a importância econômica e social da APESCA. Solicitamos sua colaboração no sentido de responder essa entrevista com precisão e possível prontidão ao roteiro aqui elaborado. Cabe destacar o sigilo relativo aos participantes, que neste estudo não há respostas certas ou erradas, bem como não haverá individualização de respostas. Esteja certo de que a sua participação é muito importante para o êxito dessa pesquisa. Cientes de sua valiosa contribuição, agradecemos antecipadamente.

Ezequiel Sóstenes Bezerra Farias-aluno. E-mail: Ezequielsostenes@hotmail.com
 Drª. Maria da Conceição Miranda, Profª. Orientadora. E-mail: ceicapb@terra.com.br

ROTEIRO DA ENTREVISTA

APRESENTANDO O PERFIL DOS SUJEITOS DE PESQUISA

1. Gênero:

Feminino Masculino

2. Faixa etária:

18 a 21 anos 22 a 30 anos 31 a 40 anos 41 a 50 anos acima de 51 anos

3. Quanto tempo aproximadamente o(a) senhor(a) participa da APESCA

menos de 03 anos 4 a 10 anos 11 a 20 anos

4. Sua escolaridade:

alfabetizado não alfabetizado
 fundamental incompleto fundamental completo
 ensino médio incompleto ensino médio completo
 superior incompleto superior completo

5. Qual é a sua renda mensal?

menos de 1 salário mínimo 1 a 2 salários mínimos

até 1 salário mínimo acima de 3 salários mínimos

6. Onde você reside?

zona rural zona urbana

7. Você possui outra fonte de renda?

sim não

ANALISANDO AS QUESTÕES RELACIONADAS A TRABALHO

8. A gestão pública municipal contribuiu para melhoria dos associados?

sim não

Se a resposta for sim, contribui de que forma: _____

9. Você acredita que a APESCA contribui para o seu bem estar?

sim não

10. Em sua opinião, a gestão municipal poderia contribuir mais para o desenvolvimento desta associação e da comunidade? Em sua opinião, de que forma isto poderia acontecer?

sim não

11. O principal objetivo da associação está fundamentado em quais questões?

Atividade comercial Promoção social

12. O que mudou em sua vida depois de tornar-se um membro desta associação?

13. O que você acha que poderia ser feito para melhorar a associação que você participa?

14. Em sua opinião quais são as principais dificuldades que a APESCA enfrenta?

ANALISANDO AS QUESTÕES RELACIONADAS A ASPECTOS POLÍTICO-
EDUCATIVOS

15. Você acha que é importante a participação dos sócios nas reuniões realizadas pela APESCA?

sim não

Por quê?

16. Você já fez parte de movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Sem Terra?

sim não

17. A associação possui algum projeto de capacitação para os pescadores?

sim não

18. Você já se candidatou a algum cargo administrativo na APESCA?

sim não

19. Você já ocupou algum cargo administrativo na APESCA?

sim não

20. Você já participou algum curso de capacitação profissional?

sim não

21. Em quais destes espaços você adquiriu mais conhecimentos necessários ao seu desempenho enquanto pescador e associado?

escola associação cotidiano OUTRO. Justifique.

22. O que levou você a fazer parte dessa associação?

23. Existe alguma sugestão, crítica ou comentário que você gostaria de fazer e não foi contemplado nas perguntas anteriores? Se sim, qual(is)?

Obrigado!

UFMG-BIBLIOTECA

APÊNDICE B
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO-CDSA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM
ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

Esta pesquisa é sobre: Educação e Trabalho Emancipado: um estudo sobre a Associação de Pescadores de Camalaú-PB (APESCA) e está sendo desenvolvida por Ezequiel Sóstenes Bezerra Farias, aluno do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano - CDSA/UFCG, sob a orientação da Prof.^a Dr^a Maria da Conceição Gomes de Miranda.

Os objetivos do estudo são: Analisar qual a relação entre a educação e trabalho para a emancipação dos sujeitos da APESCA. Especificamente, pretende-se verificar as contribuições por meio dos processos educativos dos associados na organização da associação e de suas atividades produtivas, identificar os aspectos político-educativos presentes na APESCA e sua relação com a autogestão e conferir as principais mudanças que ocorreram nas relações de trabalho com a implantação dos cursos de alfabetização e de capacitação.

A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, a senhora não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (quando for o caso).

Solicito sua permissão para que a entrevista seja gravada, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

O(s) pesquisador (es) estará(ão) a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável Legal

Assinatura do (a) Pesquisador (a) Responsável

Assinatura do (a) Pesquisador (a) Participante

Assinatura da Testemunha

Camalaú-PB, ____/____/2013.



Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido-CDSA
Unidade Acadêmica de Tecnologia-UATEC
Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia
Campus de Sumé-PB

APÊNDICE C

ENTREVISTA

(Entrevista aplicada com a atual presidenta da APESCA e com um ex-presidente)

- 1- De que forma a APESCA estimula a solidariedade e a cooperação entre seus associados?
- 2- Quais os benefícios governamentais pelos quais os associados são contemplados?
- 3- Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos pescadores perante a sua efetiva participação política na associação?
- 4- Quais os projetos de educação não-formal que estão para serem implantados na associação?
- 5- Os associados já receberam algum tipo de informação quanto aos princípios da Economia Solidária e do Associativismo?

ANEXO A- ESTATUTO SOCIAL DA APESCA

ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DO MUNICÍPIO DE CAMALAUÁ-PB-APESCA.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FÔRO, DURAÇÃO E OBJETIVOS.

Art. 1º. A Associação dos pescadores do Município de Camalaú – APESCA é uma sociedade simples, sem fins lucrativos, que se regerá por este estatuto, regimento interno e pelas disposições legais aplicáveis.

Art. 2º. A Associação dos pescadores do Município de Camalaú – APESCA, terá sede à Rua Duque de Caxias nº 350, Centro, Camalaú - PB, CEP: 58.530-000, do foro jurídico na Comarca de Monteiro, Estado de Paraíba.

Art. 3º. A duração da Associação é por tempo indeterminado e o exercício social será igual do ano civil, e base territorial, no Município de Camalaú - PB, na microrregião do Cariri Paraibano. APESCA é uma entidade ligada à Federação dos Pescadores da Paraíba, e Confederação Nacional dos Pescadores "CNP". órgão representativo das Associações de pesca.

Art. 4º. O objetivo da Associação é promover o desenvolvimento social e econômico da comunidade de pesca, apoiando a comercialização coletivamente e a produção dos associados e associadas, estimulando ações que reforcem a união, a cooperação e a solidariedade entre os associados, bem como desenvolver, ações educacionais culturais e filantrópicas.

Art. 5º. Para atingir seu objetivo, a Associação poderá:

- a) Desenvolver e estimular ações voltadas para as questões relacionadas a geração, gênero, raça e etnia;
- b) Promover o Desenvolvimento Sustentável a Comunitário com recursos próprios, obtidos por doações ou empréstimos feitos por entidades públicas ou privados, nacionais ou internacionais, como também pessoas físicas;
- c) Celebrar convênios, acordos ou contratos com qual quer entidade pública ou privada, nacional ou internacional, visando à obtenção de serviços em benefício dos associados;
- d) Manter serviços próprios o parcerias nas assistências técnica, assistências médica dentárias, recreativas, educacionais, jurídicas e outras, constituindo-se, neste particular, em mandatária dos associados e associadas no que diz respeito à ecologia, ao meio ambiente, à defesa do consumidor ou com este mesmo objetivo, celebrar convênios com qualquer entidade pública ou privada;
- e) Manter contrato e / ou celebrar acordos com entidades que promovam a comercialização dos produtos dos (as) pequenos (as) produtores (as) visando garantir melhores preços e facilitar o escoamento da produção;
- f) Desenvolver e estimular a solidariedade à cooperação e a união entre os associados na lutar por uma legislação favorável aos (as) pequenos (as) pescadores (as) Aqüicultores e outros produtores da Agricultura Famílias.
- g) Sócios Efetivos: os pescadores e pescadoras artesanais ou profissionais que fazem da pesca o seu meio principal de vida, desde que registrado no órgão público competente, os piscicultores, Aqüicultores, cacinoctores, observadores de cardumes, artesão de apetrechos de pesca e construtores de pequenas embarcações, os aposentados pela categoria representada pela associação e outros produtores, que produzam hortifrutigranjeiros, enquadrados na categoria da agricultura familiar.
- h) Manter entrosamento permanente com o movimento sindical, como forma de garantir a unidade do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras na pesca na luta por seus direitos.
- i) Adquirir, comprar, arrendar embarcações de pesca e construir instalação para recepção, tratamento, armazenamento, beneficiamento e comercialização do pescado proveniente de suas próprias embarcações, dos seus associados e de terceiros.



SERAFICO NOTARIAL E REGISTRAL

(Handwritten signature)